

Limitações da economia brasileira

* 6 NOV 1993

Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

No Brasil, o coeficiente de importações em relação ao PIB é de apenas 5%, bem abaixo de outros países diretamente comparáveis, como, por exemplo, o México e a Argentina

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

A economia brasileira vive, nos últimos anos, uma fase de reestruturação em que prevalece uma dicotomia entre a ruptura do processo de desenvolvimento e as transformações estruturais em curso. Após um espetacular surto de crescimento de 7% ao ano, no período compreendido entre o pós-guerra e o final dos anos 70, a década de oitenta representou o pior dos mundos, com a combinação de um processo inflacionário crônico, a estagnação e os planos de estabilização, frustrados na tentativa de corrigir desequilíbrios.

O resultado desse processo é que, nos últimos 12 anos, o PIB brasileiro cresceu apenas uma média de 1,3% ao ano, um percentual consideravelmente abaixo do crescimento médio populacional de cerca de 1,8% ao ano.

Em consequência, o PIB per capita reduziu-se cerca de 9% no período, significando uma perda considerável para a maior parcela da população brasileira. Nos últimos anos também observamos uma queda nos investimentos da economia brasileira que situam-se atualmente próximos dos 14% a 15% do PIB. Trata-se do nível mais baixo da nossa história, absolutamente insuficiente para garantir a retomada do crescimento econômico sustentado.

Paralelamente, observam-se as grandes transformações que ocor-

rem na economia mundial com a formação dos blocos econômicos, a internacionalização dos mercados e as alterações no âmbito geopolítico. Todas essas mudanças e o esgotamento do modelo de industrialização calcado no processo de substituição de importações vigente até então na economia brasileira, nos obrigaram a um processo de ajuste.

Dentre estes principais pontos, destacam-se: a abertura da economia brasileira com a redução das alíquotas de importação; a desregulamentação do mercado; a flexibilização da reserva de mercado na informática.

No caso brasileiro, essas transformações convivem com um cenário adverso onde a inflação, os elevados juros reais, uma tributação complexa e mal distribuída, dificultam a busca da produtividade. Do ponto de vista estrutural, a ausência de economia de escala, baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e carência na formação educacional e profissional, inibem a competitividade brasileira.

Apesar do cenário adverso, fatores de ordem qualitativa, como

a abertura da economia brasileira, a privatização, a desregulamentação dos mercados e o consequente aumento da concorrência têm impulsionado as ações no sentido do aumento da produtividade e da qualidade. Essa ação tornou-se um imperativo não só para aumento de participação relativa de mercado, como de sobrevivência empresarial.

Um indicador desse aumento da produtividade na indústria pode ser detectado pelos dados disponíveis do primeiro semestre deste ano. O Indicador do Nível de Atividades, da Fiesp (INA)

aumentou 15,9% em comparação a igual período do ano anterior. Em contrapartida, o número de horas trabalhadas cresceu apenas 1,5% e o número de pessoas diminuiu 5,5%.

Estes números revelam que a volta do crescimento econômico não significa, necessariamente, um aumento do nível de em-

prego na mesma proporção. Essa constatação ao mesmo tempo que é positiva na questão da produtividade não deixa de trazer preocupação pelo aspecto social envolvido.

No entanto, a dinâmica das transformações não nos deixa dúvidas da necessidade da melhora qualitativa e quantitativa dos nossos índices de desempenho.

Para ilustrarmos o efeito da abertura na indústria eletroele-

trônica, por exemplo, as tarifas reduziram-se da média de 55% em 1990, para apenas 20% desde julho passado. Independentemente disso, o Brasil é ainda um dos países mais fechados do mundo, quando comparamos, em nível internacional, o coeficiente de importações em relação ao PIB, que é de apenas 5% entre nós, bem abaixo até mesmo de países diretamente comparáveis, como México e Argentina. Portanto, conclui-se que o processo de abertura é inexorável.

O nível de investimentos estrangeiros no Brasil e o fluxo de comércio mostram esse caminho gradativo de inserção internacional. Alguns pontos ainda precisam ser melhor trabalhados na economia brasileira para que tenhamos melhores vantagens comparativas. Nós investimos anualmente menos de 1% do PIB em pesquisa, muito abaixo do que investem os países industrializados que despendem anualmente cerca de 3% do PIB nesse item. Se considerarmos ainda que o valor absoluto investido por esses países é bem maior, devido ao tamanho das suas economias, temos a dimensão do problema.

A melhora significativa da educação da população é, da mesma forma, fundamental para o sucesso do País em termos de produtividade e qualidade. Isso exige esforços tanto do governo como da sociedade, já que a responsabilidade é de todos. Da mesma forma, os benefícios decorrentes serão de toda a sociedade.

■ Antonio Correa de Lacerda é vice-presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP).

DESDE 1971

O PIB

NACIONAL

CRESCEU

APENAS 1,3%

AO ANO, EM

MÉDIA